

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Novembro/2022

Governo do
Estado da BahiaSECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIAConcurso Público para provimento de vagas para o cargo de
Coordenador Pedagógico Padrão P – Grau I I I
para Escolas Indígenas

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'N14', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O amor é a primeira condição da felicidade do homem.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 40 questões, numeradas de 1 a 40.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma os rascunhos da Prova Discursiva serão corrigidos.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Educação Brasileira: Temas Educacionais e Pedagógicos**

1. Os povos indígenas amazônicos sofreram durante séculos o constante impacto da colonização e dos aculturadores, que pensam que, para serem reconhecidos como cidadãos, os indígenas devem adotar modelos da cultura ocidental. No entanto, nos últimos anos os modelos de vida nativos têm ganhado reconhecimento, visto que oferecem contribuições muito interessantes para o desenvolvimento sustentável, considerando os milênios vividos em constante adaptação à heterogênea e complexa situação ecológica da Amazônia. Somos conscientes de que a cultura é um elemento de identidade viva, dinâmica e que tende a criar sincretismos com outras culturas próximas. Consequentemente, é lógico pensar que os traços culturais de cada grupo indígena foram e seguem variando de tal forma que comunidades de um mesmo grupo étnico podem mostrar diferenças significativas entre si. Essa é uma das riquezas de manter um mosaico de diversidade cultural: nada permanece, tudo se transforma.

(RENGIFO (YAHUA), Roberto Suarez. A interpretação dos desenhos Kene Shipibo Conibo. In: Rezende, Justino Sarmiento (org.) **Paneiro de saberes: transbordando reflexividades indígenas**, Brasília, DF: Mil Folhas, 2021, p. 39)

O pesquisador indígena Roberto Yahua reflete sobre cultura ocidental e cultura indígena. No trecho, o autor afirma que

- (A) os colonizadores exaltaram a cultura indígena.
- (B) os povos indígenas adotaram a cultura ocidental.
- (C) a cultura muda em contato com outra cultura.
- (D) o conceito cultura é igual ao conceito identidade.
- (E) a cultura indígena é invariável.

2. O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) indica que são características da educação escolar indígena ser diferenciada, ser específica, ter caráter comunitário, ser intercultural, ser bilíngue/multilíngue. A escola com essas características

- (A) segue a forma de funcionamento e as orientações das escolas não indígenas.
- (B) define os espaços e momentos utilizados para a educação escolarizada.
- (C) considera que há culturas superiores e culturas inferiores.
- (D) avalia o uso de mais de uma língua como prejudicial aos estudantes indígenas.
- (E) prioriza o uso da língua portuguesa como língua de instrução.

3. Vivo pensando que todas as crises da sociedade ocidental moderna, com suas grandes ideias de desenvolvimento e tecnologias, são frutos da ideia do ser humano (não indígena) como centro do mundo e do esquecimento da importância do planeta que está em conexão múltipla, permitindo a emergência da diversidade dos seres. Nós, povos indígenas, somos os guardiões das florestas, dos rios, da terra e de toda a ecologia que permite a existência da diversidade da vida e, por isso, não devolver a nossa terra é como aprisionar e envenenar a nossa mãe. Todas as ações/políticas e formação visam a nossa resistência, luta e a possibilidade de reaver o nosso grande território tradicional para que a memória e os guardiões voltem a conduzir a existência do nosso povo Guarani e Kaiowá.

(BENITES, Eliel. A educação Indígena como ferramenta de resistência, 1 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.dw.com>)

O professor indígena Eliel Benites, do povo Guarani Kaiowá, faz uma reflexão sobre educação escolar indígena como instrumento de resistência. Para o autor, a formação indígena contribui para

- (A) colocar o ser humano como centro do mundo.
- (B) aprisionar e envenenar a mãe Terra.
- (C) retomar as terras tradicionais indígenas.
- (D) impedir a existência do povo indígena.
- (E) criar crises na sociedade ocidental moderna.

4. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas informam no artigo 8 que *Os projetos pedagógicos de cursos da formação de professores indígenas devem ser construídos no âmbito das instituições formadoras de modo coletivo, possibilitando uma ampla participação dos povos indígenas envolvidos com a proposta formativa e a valorização dos seus conhecimentos e saberes.* Considerando as Diretrizes, os projetos pedagógicos devem

- (A) relacionar territorialidade e escola, contribuindo para a continuidade dos povos em seus territórios e para a viabilização dos seus projetos de bem-viver.
- (B) uniformizar as formas de educar, cuidar e socializar nas comunidades indígenas.
- (C) decompor os saberes, as práticas da formação docente e os interesses etnopolíticos, culturais, ambientais e linguísticos dos respectivos povos e comunidades indígenas.
- (D) priorizar as semelhanças culturais e sociolinguísticas dos povos indígenas, valorizando suas formas de organização social, cultural e linguística.
- (E) definir a relação dos povos e comunidades indígenas com outras culturas e seus respectivos saberes.



5. O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. “Seu” mundo, em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo.

(FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 86)

Com base no trecho acima, é correto afirmar que, para Paulo Freire,

- (A) a escola deve considerar a realidade do estudante.
- (B) a educação escolar deve ser bancária.
- (C) o estudante é um receptor passivo de conhecimentos.
- (D) a escola deve formar mão de obra para o mercado de trabalho.
- (E) o professor é o centro do processo de ensino.

6. Art. 1º – Ficam instituídos, no âmbito do sistema público de ensino, os Complexos Integrados de Educação – CIEs, como unidades escolares da rede pública estadual de Educação Básica, com finalidade de promover inovações pedagógicas em processos curriculares e de gestão escolar e aprimorar os processos formativos da docência, em articulação com Instituições de Educação Superior.

(Decreto estadual nº 16.718, de 11 de maio de 2016)

É correto afirmar que o artigo 1º do Decreto acima

- (A) altera o currículo das universidades.
- (B) define o currículo das escolas estaduais.
- (C) promove a docência em nível superior.
- (D) dissocia educação básica e educação superior.
- (E) articula educação básica e educação superior.

7. Leia o texto a seguir.

Na minha visão, a educação indígena, dentro da nossa comunidade é um fortalecimento de nosso povo. A gente vivia só ensinando as coisas do não-índio, mas nós sentimos necessidade de ter a nossa educação. A gente quer que as nossas crianças aprendam a nossa história, que é triste, que é de luta e de sofrimento, mas é preciso que elas saibam. [...] retomar nossa educação é preparar o povo de nossa comunidade para que nossa cultura fique cada vez mais forte e, com isso, nosso povo fica cada vez mais feliz. [...] só nós, indígenas, sabemos o que queremos de melhor para o nosso povo.

(ANDRADE, Maria Muniz (Mayá). A Escola da Reconquista. em TUGNY, Rosângela (Org.). Aratoca (BA): **Teia dos Povos**, 2021, p. 144)

Com base no trecho acima, escrito pela Mestre Mayá, indígena Pataxó Hã Hã Hãe, a Educação Escolar Indígena é uma modalidade diferenciada da Educação Básica que se justifica para que

- (A) as crianças indígenas não aprendam coisas tristes.
- (B) as coisas do não-índio sejam ensinadas.
- (C) os professores não indígenas ensinem melhor as crianças.
- (D) a cultura do povo se fortaleça.
- (E) as crianças não indígenas saibam do sofrimento dos indígenas.

8. Leia o texto do Artigo 20, da Resolução CNE/CEB nº 05 de 2012:

§ 3º Os cursos de formação de professores indígenas, em nível médio ou licenciatura, devem enfatizar a constituição de competências referenciadas em conhecimentos, saberes, valores, habilidades e atitudes pautadas nos princípios da Educação Escolar Indígena.

(Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>)

De acordo com o texto acima, projetos pedagógicos dos cursos de licenciaturas indígenas devem

- (A) estabelecer os princípios gerais para a organização do tempo, do espaço e dos conhecimentos do currículo escolar.
- (B) direcionar as leituras e atividades práticas para o conhecimento da legislação sobre a educação básica em nível nacional.
- (C) priorizar reflexões teóricas e práticas sobre interculturalidade, bilinguismo, saberes tradicionais e processos próprios de aprendizagem.
- (D) definir conjuntamente com os professores indígenas em formação as bases conceituais das escolas indígenas.
- (E) sistematizar os conhecimentos indígenas, organizando-os em conteúdos disciplinares das escolas indígenas.



9. Leia o texto a seguir.

“Uma das lembranças mais agradáveis que tenho da minha infância é a de meu avô me ensinando a ler. Mas, não ler as palavras dos livros e, sim, os sinais da natureza, sinais que estão presentes na floresta e que são necessários saber para poder nela sobreviver”. Nesse sentido, os povos indígenas sustentaram uma educação, graças a estratégias próprias, das quais uma foi a ação pedagógica para a alteridade diferente da forma de ensinar dos não indígenas.

(MUNDURUKU, Daniel. A escrita e a autoria fortalecendo a identidade Inicativas indígenas. Autoria indígena. A escrita e a autoria fortalecendo a identidade. 27/03/2018, p. 1-3. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt>)

Com base no texto, os povos indígenas sustentam uma educação diferenciada quando

- (A) as estratégias pedagógicas traduzem métodos de alfabetização para crianças.
- (B) a participação dos professores é central na ação pedagógica.
- (C) os livros com palavras que expressam sinais da natureza são adotados.
- (D) os anciãos têm participação ativa para ensinar a ler além do que palavras.
- (E) o planejamento é realizado pelo professor para reforçar a leitura de palavras.

10. Em 2007, foi proposto o Projeto de Lei nº 490, que altera o Estatuto do Índio. Em seu voto em separado, em 2021, a indígena Joenia Wapichana argumenta que o PL 490/2007 é inconstitucional, pois afronta direitos de caráter fundamental, assegurados pela Constituição Federal e por normativas internacionais das quais o Brasil é signatário. Com base no argumento da indígena, a aprovação desse projeto afeta a vida dos povos indígenas brasileiros porque

- (A) muda as regras para novas demarcações das terras indígenas e respeita somente as que já foram demarcadas.
- (B) altera conceitos e formas procedimentais para reconhecimento e demarcação das terras indígenas.
- (C) flexibiliza o usufruto das riquezas do solo e impede contratos de cooperação entre índios e não índios.
- (D) altera os procedimentos de consulta prévia, livre e informada e cumpre a Constituição Federal.
- (E) ataca os direitos originários dos povos indígenas e impede a presença de grandes empreendimentos dentro das áreas protegidas.

11. Leia o texto a seguir.

Um dos pilares da Educação Escolar Indígena é a interculturalidade. Segundo Gersem Baniwa: para nós, a ideia de interculturalidade pode ser entendida a partir de duas perspectivas: abrir caminhos para o reconhecimento e reposição dos sujeitos colonizados, subalternizados, subjugados, silenciados, dominados e aliados de suas autonomias societárias e cosmológicas a uma posição de diálogo, de interação, de coexistência e convivência dialética. A outra perspectiva é a de interculturalidade como promessa de diálogo discursivo, ideológico e ainda colonizado. A escola indígena intercultural tem se orientado pela primeira perspectiva, ou seja, buscando empoderar os sujeitos indígenas para um diálogo menos desigual, menos assimétrico e menos hierarquizado intra e extra aldeia/escola.

(BANIWA, Gersem. Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates interculturais. In: **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019. p. 59-76)

De acordo com o texto, a perspectiva de interculturalidade defendida pelo autor

- (A) garante a manutenção, a reprodução e a continuidade dos modos de vida dos colonizadores europeus.
- (B) privilegia os conhecimentos ocidentais e prepara os estudantes indígenas para a vida contemporânea.
- (C) perpetua uma prática pedagógica colonizadora e oprime os estudantes indígenas.
- (D) promete o diálogo discursivo e ideológico e enfatiza os conhecimentos universais.
- (E) fortalece os saberes e cosmologias indígenas e ensina de forma crítica os conhecimentos universais.

12. Leia o texto a seguir.

Em 2015, o Projeto de Lei 5.944/2013, aprovado pelo Congresso Nacional, que, embasado na Constituição Federal, alterava a redação de dois artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), foi vetado. Esse projeto de Lei visava garantir que as escolas indígenas não fossem avaliadas pelos mesmos critérios das escolas dos não índios e permitir que as línguas indígenas pudessem ser usadas não só na alfabetização e no ensino fundamental, mas também no ensino médio, profissional e superior. O veto foi justificado com argumentos inconstitucionais de que a referida Lei seria contrária ao interesse público e que criaria obrigação demasiadamente ampla e de difícil implementação por conta da grande variedade de línguas indígenas no Brasil.

(BANIWA, Gersem. Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates interculturais. In: **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019. p. 59-76)

Com base no texto, a alteração proposta no Projeto de Lei se justifica porque reconhece

- (A) que a LDBN está desatualizada no que diz respeito à educação indígena.
- (B) a inconstitucionalidade dos artigos da LDBN de 1996 que tratam da avaliação e línguas indígenas.
- (C) a importância das línguas indígenas e a necessidade de critérios avaliativos próprios nas escolas.
- (D) as dificuldades de implementação de avaliações específicas nas escolas indígenas.
- (E) o monolinguismo das escolas indígenas como especificidade da educação escolar.



13. Leia o texto a seguir.

As atividades escolares de ensino-aprendizagem precisam ser desenvolvidas com prazer, alegria e satisfação das crianças e jovens e não como obrigação, dever, sacrifício, sofrimento. Para isso, é necessário que a escola ofereça respostas, possibilidades e oportunidades concretas, objetivas e coerentes para as suas aspirações e projetos pessoais e coletivos, por meio de suas estruturas pedagógicas, curriculares, metodologias, regimentos e calendários. A maioria das escolas indígenas do país opera de forma muito semelhante às escolas não indígenas, nas suas formas e modos de organização e governança administrativa, pedagógica e curricular, metodologias, tempos, calendários, material didático e seriação. O direito constitucional assegurado aos povos indígenas no uso de seus processos próprios de ensino-aprendizagem não é cumprido pelas escolas, principalmente pela resistência dos sistemas de ensino e seus dirigentes e pela falta de qualificação dos professores e gestores.

(BANIWA, Gerssem. Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates interculturais. In: **Educação escolar indígena no século XXI**: encantos e desencantos. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019. p. 153)

O autor considera importante

- (A) seguir a lógica das escolas não indígenas para fortalecer os pilares da educação escolar indígena.
- (B) o retorno de uma educação escolar indígena que atenda as especificidades indígenas.
- (C) que a maioria das escolas indígenas tenham base na educação não indígena.
- (D) a ausência da educação indígena, aqui representada pelos saberes ancestrais, nas escolas indígenas.
- (E) que a educação escolar indígena seja gerida por não indígenas.

14. Leia o texto a seguir.

A prática pedagógica da escola do povo Kambeba envolve conhecimentos tradicionais e conhecimentos ocidentais, uma interação entre professor-aluno-saberes-conhecimentos. Para que saberes e conhecimentos dialoguem são criados projetos pedagógicos que buscam realizar o diálogo intercultural. “Preparamos os alunos tanto para viver aqui na aldeia quanto em qualquer lugar do mundo, fazendo com que as crianças tenham acesso a uma educação intercultural e orgulho de ser indígena”.

(KAMBEBA, Raimundo. Cultura indígena Kambeba une conhecimentos tradicionais e inovação em sala de aula. Com participação da comunidade e uma pedagogia inovadora, escola mantém viva a tradição Kambeba no Amazonas, 2019. Disponível em: <https://fundacaotelefonivivo.org.br>)

A prática pedagógica do professor Kambeba evidencia a importância da interação

- (A) aluno-saberes-conhecimento – professor-saberes e conhecimento – professor-aluno-conhecimento.
- (B) aluno-saberes-conhecimento – professor-saberes – professor-aluno-conhecimento.
- (C) aluno-saberes – professor-saberes e conhecimento – professor-aluno.
- (D) aluno-conhecimento – professor-conhecimento – professor-aluno-conhecimento.
- (E) aluno-saberes-conhecimento – professor-saberes e conhecimento – professor-aluno-saberes-conhecimento.

15. Leia o texto a seguir.

É sabido que, nas escolas que possuem salas de aula multietárias, os estudantes possuem idades diferentes; nas escolas multisseriadas, os estudantes possuem níveis de ensino diferentes e as escolas multiculturais possuem estudantes com diferentes culturas. Nesse sentido, “nas escolas indígenas é comum a existência de pessoas de diferentes culturas, línguas e idades numa mesma sala de aula: salas multietárias, multisseriadas e multiculturais. [...] Mas, mesmo em uma comunidade indígena, a convivência intercultural não é uma tarefa fácil, uma vez que também são influenciadas pela matriz monocultural ocidental”.

(BANIWA, Gerssem. Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates interculturais. In: **Educação escolar indígena no século XXI**: encantos e desencantos. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019. p. 182)

Com base no trecho, nas escolas indígenas

- (A) multisseriadas, o professor trabalha em sala de aula com estudantes de diferentes séries de nível do fundamental de forma simultânea.
- (B) multietárias, o professor trabalha em sala de aula com estudantes de diferentes locais de forma simultânea.
- (C) multiculturais, o professor trabalha em sala de aula com estudantes de diferentes faixas etárias de forma simultânea.
- (D) multisseriadas, o professor trabalha em sala de aula com estudantes de diferentes origens de forma simultânea.
- (E) multisseriadas, o professor trabalha em sala de aula com estudantes de diferentes identidades de forma simultânea.

16. Leia o texto a seguir.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a diversidade étnica e de saberes e vivências culturais e propõe um pacto interfederativo para assumir o compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria.

(BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017, p. 13-14)

Com base no trecho da BNCC, ao assumir o pacto interfederativo, os entes federados (Municípios, Estados e Distrito Federal) concordam em

- (A) promover a igualdade educacional sobre a qual integrem os povos indígenas à sociedade nacional.
- (B) estabelecer para os povos originários o patamar de aprendizagem e desenvolvimento esperado pelo sistema.
- (C) reconhecer a diversidade de saberes e vivências desses grupos nos currículos escolares.
- (D) trabalhar para a construção de currículos que garantam a inclusão dos indígenas em escolas de todo o território nacional.
- (E) criar a equivalência dos currículos diferenciados das escolas indígenas ao modelo escolar nacional.



17. Leia o trecho da Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016.

O Plano Estadual de Educação (PEE-BA), estabelece metas e estratégias específicas para implementação, considerando a articulação interfederativa das políticas educacionais.

Meta 11: Ampliar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégia 11.3: expandir o atendimento da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio para as populações do campo e para as comunidades indígenas, quilombolas e povos das comunidades tradicionais, de acordo com as expectativas territoriais e escuta das representações institucionais dessas comunidades.

Com base no trecho acima,

- (A) a Educação Profissional Técnica deve substituir o Ensino Médio nas comunidades indígenas, atendendo as expectativas dessas comunidades.
- (B) a Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio deve ser ampliada para atender também as comunidades indígenas, que devem ser ouvidas.
- (C) a Educação Profissional Técnica não pode ser ofertada integrada ao Ensino Médio nas comunidades indígenas.
- (D) o Ensino Médio nas escolas indígenas deve ser expandido de acordo com as expectativas territoriais e consulta às comunidades.
- (E) o Ensino Médio nas comunidades indígenas deve ofertar 50% das matrículas integrado à Educação Profissional Técnica.

18. A Lei nº 12.046, de 04 de Janeiro de 2011, que cria a carreira do Professor Indígena no Quadro do Magistério do estado da Bahia prevê:

Art. 3º – O exercício das atividades do Professor Indígena fundamenta-se nos direitos das comunidades indígenas à educação escolar com utilização de suas línguas maternas e secundárias e dos processos próprios de aprendizagem, amparando-se nos seguintes princípios:

VII – garantia do exercício da atividade docente, prioritariamente por professores indígenas, da mesma etnia dos alunos;

X – garantia aos professores indígenas de formação em serviço, e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização;

XIII – garantia de tratamento isonômico com relação aos direitos, assim como às vantagens e gratificações, atribuídas aos demais professores integrantes do Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia.

Com base no trecho acima, o professor indígena

- (A) terá tratamento diferenciado com relação aos direitos dos demais professores da rede de ensino.
- (B) deve ensinar a Língua Portuguesa na escola, como língua secundária.
- (C) deve atuar na escola de sua comunidade, desde que ensine sua língua materna.
- (D) tem a garantia de fazer sua formação concomitantemente com sua própria escolarização.
- (E) deve auxiliar nos processos tradutórios da língua materna para a Língua Portuguesa.

19. Leia o texto a seguir.

O capítulo II, da lei 12.046/2011, do Estado da Bahia, que cria a carreira de professor indígena, confere ao professor indígena a docência e o exercício das seguintes atribuições:

I – participar da elaboração de currículos e programas de ensino específicos para as escolas indígenas;

II – colaborar na produção de material didático-científico para as escolas indígenas;

III – ministrar o ensino de forma bilíngue, ensinando a língua da etnia dos alunos como segunda língua na comunidade em que o português for utilizado como primeira língua;

IV – auxiliar na identificação dos processos históricos de perda linguística e sugerir ações, com vistas à preservação da língua da etnia dos alunos;

V – colaborar na condução do processo de estabelecimento de sistema ortográfico da língua tradicional de sua comunidade;

VI – colaborar na realização de levantamentos étnico-científicos e sócio-geográficos do respectivo povo indígena;

VII – participar do planejamento e da execução das ações pedagógicas na unidade escolar indígena.

(Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br>)

De acordo com a referida lei, é atribuição dos professores indígenas

- (A) produzir materiais didáticos com base nos saberes científicos.
- (B) elaborar currículos e planejamentos de abrangência nacional.
- (C) promover ações de valorização dos conhecimentos universais.
- (D) promover ações de valorização e preservação de suas línguas.
- (E) estabelecer ações pedagógicas pautadas no currículo nacional.



20. Leia o texto a seguir.

Entendemos que um currículo não se resume a uma grade de disciplinas, mas na busca de conhecimentos relevantes para nossa sobrevivência enquanto povos. Pensar o currículo nas escolas indígenas é pensar a vida. Por exemplo, a temática da terra e preservação da biodiversidade está profundamente relacionada à vida, à saúde, à existência dos povos indígenas. Sem a terra, o ser "índio" é nada. A discussão na escola sobre esses assuntos é importante para que cada aluno indígena conheça os seus direitos assegurados em lei. Neste sentido, o contexto fornece as temáticas a serem estudadas nas escolas, tornando-as espaços rituais de formação para a vida.

(MANDULÃO, Fausto da Silva. A educação na visão do professor indígena. In: GRUPIONI, L.D.B. (Org.) **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: MEC/SECAD/Unesco, 2006. p. 221)

De acordo com o texto, o currículo da escola indígena

- (A) separa-se do contexto sócio-histórico e linguístico do povo.
- (B) fundamenta-se numa grade de disciplinas nacionalmente definida.
- (C) resume-se a uma grade de disciplinas de conhecimentos escolares.
- (D) resume-se ao ensino das temáticas da terra e da biodiversidade.
- (E) relaciona-se com as temáticas relevantes para a existência do povo.

21. Leia o texto a seguir.

Para nós a autonomia de fazer nossas próprias pesquisas nos garante uma proposta curricular diferenciada, defendendo e contribuindo na construção de projetos de vida do nosso povo, fortalecido nas tradições e rituais, interligados aos saberes dos mais velhos e na compreensão dos mais novos que fazem a diferença no construir o conhecimento acadêmico científico com base nos conhecimentos, vivências, histórias, resistências e lutas.

(Elaine Patrícia de Sousa Oliveira Atikum retirado de FERNANDES, Floriza M.S.; TUXÁ, Tatiane Cataá Cá Arfer (Orgs). **Tecendo saberes indígenas na escola: caminhos para uma política pública de formação de professores e professoras indígenas no Território Etnoeducacional Yby Yara**. Paulo Afonso: UNEB – Universidade do Estado da Bahia; Assis: Seike & Monteiro, 2019. 214 p)

O texto acima articula-se com o Artigo 210 da Constituição Federal de 1988 porque a Constituição

- (A) garante a utilização das línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- (B) torna obrigatório o ensino das línguas indígenas no ensino fundamental regular.
- (C) determina a língua portuguesa como língua de alfabetização das séries iniciais.
- (D) determina o ensino das tradições indígenas e quilombolas no ensino regular.
- (E) assegura o ensino religioso nas séries iniciais do currículo das escolas nacionais.

22. O artigo 14, da Resolução CNE/CEB nº 05, de 2012, resolve que os projetos político-pedagógicos das escolas indígenas devem ser construídos de forma coletiva, devem valorizar os saberes locais e a oralidade, devem estar articulados aos projetos de bem viver de cada comunidade indígena e devem refletir os desejos de um povo a respeito de seu projeto de escola.

O artigo 14 autoriza que as escolas indígenas

- (A) tenham responsabilidade na elaboração de projetos comunitários.
- (B) cumpram a legislação destinada às escolas não indígenas.
- (C) organizem seu calendário de acordo com o calendário letivo nacional.
- (D) priorizem as decisões tomadas pelos professores indígenas.
- (E) tenham autonomia na seleção dos conteúdos e da organização curricular.

Noções de Igualdade Racial e de Gênero

23. A Convenção 169 da OIT, sobre povos indígenas e tribais, recomenda no artigo 31 que *Deverão ser adotadas medidas de caráter educativo em todos os setores da comunidade nacional, e especialmente naqueles que estejam em contato mais direto com os povos interessados, com o objetivo de se eliminar os preconceitos que poderiam ter com relação a esses povos*. Uma ação do estado brasileiro para concretizar essa recomendação é a Lei nº 11.645/2008, que

- (A) obriga professores indígenas a ensinar História e Cultura.
- (B) obriga professores afro-brasileiros a ensinar História e Cultura.
- (C) torna optativo o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- (D) torna homogêneo o formato dos materiais didáticos de História.
- (E) torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.



24. Leia o infográfico.



Retirado do Atlas da Violência 2021, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>)

Com base no infográfico do Atlas da Violência de 2021, é correto afirmar que, no período de 2009 a 2019,

- (A) a população indígena é de 100 mil pessoas.
- (B) o assassinato de indígenas diminuiu em municípios sem terras indígenas.
- (C) a população indígena é de 2.074 pessoas.
- (D) o assassinato de indígenas aumentou em municípios com terras indígenas.
- (E) a violência letal contra indígenas diminuiu.

25. *Entre 2007 e 2017, pouco mais de 8 mil notificações de casos de violência contra as mulheres indígenas foram registradas no Brasil, segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde. Marinete Almeida, do povo Tukano, afirma que as mulheres indígenas têm sofrido caladas. “Caladas porque a lei infelizmente não nos atende e muitos agressores são presos e logo em seguida são soltos.” Para ela, uma das principais dificuldades de combater as opressões de gênero dentro das comunidades indígenas é a falta de informação. Por isso, informações e campanhas sobre a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio, por exemplo, precisam ser levadas até as indígenas.*

(BENTES, Ariel. “Como o feminicídio de indígenas se tornou uma realidade invisibilizada no Brasil”, Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>). Acessado em: 20 dez 2021)

O trecho acima fala sobre a violência contra as mulheres indígenas. Com base no texto, a

- (A) opressão de gênero nas comunidades indígenas é irreal.
- (B) violência contra as mulheres indígenas é cultural.
- (C) falta de informação favorece a opressão de gênero.
- (D) violência contra as mulheres indígenas é combatida.
- (E) Lei Maria da Penha desampara as mulheres indígenas.

26. *A violência contra os povos indígenas tem aumentado em todo país, chegando a ocupar espaços específicos da vivência indígena. Por exemplo, “registram-se [...] proibições do uso da língua no espaço escolar, por crianças Guarani”.*

(CIMI, 2021, p. 27)

A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 considera discriminação racial ou étnico-racial como toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

À luz do Estatuto da Igualdade Racial, a violência sofrida pelas crianças Guarani caracteriza-se como discriminação racial porque proíbe

- (A) mulheres indígenas de falar línguas indígenas na escola.
- (B) homens indígenas de falar línguas indígenas na escola.
- (C) jovens indígenas de falar línguas indígenas na escola.
- (D) crianças indígenas de falar línguas indígenas na escola.
- (E) anciãos indígenas de falar línguas indígenas na escola.



27. Leia o texto a seguir.

O vocábulo “índios” foi uma das maiores violências simbólicas cometidas contra a diversidade dos povos originários. Ele se referia simplesmente a um território: a região das Índias, procurada pelos negociantes europeus no fim do século XV.

(VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. **Abya Yala, genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2021)

Em 2022, foi aprovada, no Brasil, a Lei nº 14.402 que institui o “Dia dos Povos Indígenas”, a ser comemorado dia 19 de abril, e revoga Decreto 5.540, de 1943, que estabelecia o “Dia do Índio”. Com base no trecho, a aprovação dessa Lei pode contribuir para diminuir a discriminação aos povos indígenas porque a palavra “índios” é

- (A) um nome genérico e pejorativo, que não reconhece as identidades de centenas de povos com seus próprios nomes e designações para seus territórios.
- (B) o nome de um território ancestral indígena em especial, procurado pelos negociantes europeus no fim do século XV.
- (C) um nome que facilita identificar as diferentes nações e dá protagonismo a um povo em detrimento de outro.
- (D) um nome que representa a unidade dos povos indígenas e a harmonia da relação desses povos com a sociedade nacional.
- (E) um termo consagrado na Constituição Federal e que ressalta o valor do povo sobre o indivíduo “índio” para a sociedade brasileira.

28. Leia o texto a seguir.

Primeiro, gostaria de fazer uma crítica aos livros didáticos e aos professores de história particularmente, que, quando vão tratar das heranças dos povos indígenas para a composição do povo brasileiro, geralmente mencionam coisas pouco significativas diante de tantas outras. E falam como se os indígenas nem existissem mais: “nós brasileiros, herdamos dos indígenas o hábito de tomar banho todos os dias”, “gostar de andar descalço, tomar banho de chuva, comer peixe assado, comer farinha”, coisas muito pequenas diante de uma contribuição tão grande. [...] Eu diria, assim, que os povos originários têm muito a ensinar.

(OLIVEIRA, Joelson Ferreira; CARVALHO, José Jorge; KAYAPÓ, Edson; MUNANGA, Kabengele. Questão racial, cotas e universidade pública e integradora. In: TUGNY, Rosângela Pereira; GONÇALVES, Gustavo. **Universidade e encontro de saberes**. EDUFBA, Brasília; Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, UNB, 2020, p. 623-639)

Com base no trecho acima, os povos indígenas criticam os livros didáticos e professores não indígenas que abordam aspectos

- (A) da culinária das culturas indígenas do passado na composição do povo brasileiro.
- (B) do cotidiano dos povos indígenas na contemporaneidade, seus hábitos de higiene e vestuário.
- (C) da vida contemporânea dos povos indígenas que são pouco significativos.
- (D) das culturas indígenas pouco relevantes na composição do povo brasileiro.
- (E) da composição do povo brasileiro que são relevantes para os povos indígenas.

29. Leia o depoimento do professor Karai Jekupé

Valorizar nossa língua e nossa cultura é nossa forma de resistir. As ameaças são muitas. E isso é algo difícil de mudar de uma hora para outra, porque não tem como voltar atrás. O que se pensa é adaptar as coisas, fazer de maneira que a modernidade não prejudique, embora seja uma luta muito grande. Mas não podemos cruzar os braços – temos que pensar nas melhores soluções, sempre com conversas e orientações dos xeramõi [anciãos].

(“Onhombo e guarani na metrópole”. Depoimento de Karai Jekupé. In: **Línguas Ameríndias – ontem, hoje e amanhã**. Organização do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2020. p. 42-44)

A escola que contribui com a forma de resistência relatada pelo professor Karai Jekupé é baseada em uma educação escolar que

- (A) substitui os conhecimentos tradicionais pelos modernos.
- (B) promove a integração dos indígenas à sociedade nacional.
- (C) fortalece o bilinguismo, a interculturalidade e os saberes ancestrais.
- (D) desenvolve as habilidades técnicas e profissionais dos estudantes.
- (E) propicia a assimilação dos jovens às sociedades modernas.

30. Leia o texto a seguir.

Um dos principais objetivos da criação do endereço da assembleia geral indígena (Aty Guasu) na rede social é divulgar as informações efetivas e integrais, contextualizando-as, apresentando-as pelos próprios indígenas atingidos. Dessa forma, nesse endereço são traduzidas e disponibilizadas pelos jovens indígenas as notas públicas das lideranças indígenas, os documentos escritos destinados às autoridades, as petições, as fotos, os vídeos resultantes de encaminhamentos das lideranças indígenas, socializando as concepções, os motivos, as posições dos indígenas. Os conteúdos divulgados neste endereço no Facebook são exclusivamente de autoria dos indígenas e ficam acessíveis a todos os povos indígenas e não-indígenas que acessam a internet. [...] É fundamental destacar que após a criação e administração desse endereço eletrônico pelos jovens indígenas no Facebook para expressar as opiniões, posições e demandas das lideranças indígenas, a causa do povo indígena Guarani e Kaiowá ganhou imensa repercussão na internet. [...] É importante destacar, ainda, que ao longo de todo o ano de 2012, através de seu endereço virtual, as lideranças indígenas, através dos jovens indígenas, divulgavam diretamente as violências promovidas pelos fazendeiros contra o povo Guarani e Kaiowá dos territórios em conflito.

(Adaptado de: BENITES, Tonico. A educação dos jovens Guarani e Kaiowá e sua utilização das redes sociais na luta por direitos. **Desidades**. n. 2, 2014. p. 15)

Tonico Benites conta sobre a criação de uma página da Aty Guasu, no Facebook. De acordo com o texto, a

- (A) utilização das redes sociais por jovens indígenas amplia a divulgação das violências sofridas pelos indígenas.
- (B) divulgação nas redes sociais de documentos, notas públicas, petições e fotos diz respeito aos não indígenas.
- (C) divulgação nas redes sociais de ameaças e violências sofridas pelos indígenas favorece os fazendeiros.
- (D) repercussão da luta dos Guarani e Kaiowá nas redes sociais contraria o interesse das lideranças indígenas.
- (E) divulgação de conteúdo pela Aty Guasu promove a violência entre fazendeiros e indígenas na região.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O Português Tapuia é a expressão do sentimento de pertencimento ao ser indígena e ao ser Tapuia no Carretão. Para além de fonemas, morfemas, monemas, sememas, sintagmas, frases e orações, as línguas têm palavras que constroem sentidos, que contam histórias armazenadas, mantidas em silêncio e em segredo, em nome da sobrevivência do povo. A língua de um povo é muito mais que gramática e léxico, é sentimento, é vínculo com o passado, com a realidade e com a irrealidade. Ao reconhecer o Português Tapuia como sua língua indígena, os Tapuias se reconhecem e se assumem, ao mesmo tempo, indígenas e Tapuias.

(RODRIGUES, E. M. da R. "Português Tapuia: um signo de resistência indígena". "Revista Porto das Letras", v. 04, nº 01. 2018. Sociolinguística: os Olhares do Sul na Desestabilização dos Modelos Herdados, p. 133-154 Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br>. Acessado em: 10 fev 22.)

A pesquisadora indígena Eunice Rodrigues, do povo Tapuia, aborda o português falado pelo seu povo. O argumento central do texto é

- (A) o português Tapuia é uma língua inventada.
- (B) o português Tapuia mostra a identidade indígena Tapuia.
- (C) a língua portuguesa é esteio da sobrevivência indígena.
- (D) o segredo das histórias garante a sobrevivência Tapuia.
- (E) a língua de um povo está associada à gramática e ao léxico.

32. Leia o texto a seguir.

Não tem sido fácil assegurar aos povos indígenas a devida proteção aos seus direitos, principalmente os territoriais. Tenho observado que os conflitos aparecem à medida que surgem os reconhecimentos de direitos. Como venho acompanhando a história da Terra Indígena Raposa Serra do Sol desde Roraima, estou convicta de que o processo de reconhecimento da terra é um passo muito importante, diria o principal, mas não acaba com um simples decreto de homologação. É preciso continuar a insistir na aplicação dos direitos dos povos indígenas – prioritários, fundamentais e inegociáveis.

(CARVALHO, Joênia Batista de. Terras indígenas: a casa é um asilo inviolável. In: ANAYA, S. James; ARAÚJO, Ana Valéria Sabião de; CARVALHO, Joênia Batista de; GUARANY, Vilmar Martins Moura; JÓFEJ, Lúcia Fernanda; OLIVEIRA, Paulo Celso de. **Povos Indígenas e a lei dos "Branços": o direito à diferença**. Brasília: MEC/SECAD/Unesco, 2006)

Com base no texto,

- (A) a maioria das terras indígenas tem situação jurídica regularizada.
- (B) a situação fundiária brasileira é favorável aos objetivos dos povos indígenas.
- (C) o processo de demarcação de terras é guiado por regras inquestionáveis.
- (D) a homologação da terra é insuficiente para aplicação dos direitos indígenas.
- (E) o direito originário à terra é uma conquista irreversível dos povos indígenas.

33. A nova geração Guarani e Kaiowá defende que aprender a ler, escrever bem em língua indígena e na língua portuguesa (bilíngue), dominar bem a informática e internet são passos fundamentais no contexto contemporâneo. Visto que a formação bilíngue e o domínio de informática já passaram a dar algum prestígio relevante tanto nas aldeias indígenas quanto em contexto urbano. [...] Os jovens indígenas tomaram também o aprendizado de leitura, escrita e informática como um desafio, pois muitos não índios duvidavam e duvidam que indígenas pudessem ler, escrever, dominar a nova tecnologia e internet, dizendo que ler, escrever bem, dominar a informática e internet não eram coisa de "índio". Diante disso, os jovens Guarani e Kaiowá decidiram lutar contra o preconceito e o estigma, e aceitaram o desafio. [...] Desse modo, os jovens indígenas entendem que as novas tecnologias como a internet e as redes sociais, em parte, foram e são capazes de divulgar as situações atuais e as demandas reais das comunidades Guarani e Kaiowá contemporâneas.

(BENITES, Tônico. "A educação dos jovens Guarani e Kaiowá e sua utilização das redes sociais na luta por direitos". **Desidades**. n. 2, 2014. p. 16)

De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que o domínio das novas tecnologias é

- (A) uma demanda estigmatizada no contexto urbano.
- (B) um motivo de preconceito entre os anciãos e lideranças.
- (C) um desafio fundamental na luta por direitos indígenas.
- (D) um motivo de prestígio entre os não indígenas.
- (E) um aprendizado comum a todos os membros da aldeia.



34. Leia o depoimento da professora Maria José Lima, do povo Xukuru.

As dificuldades que vivemos para construir esta escola diferenciada é que não temos livros diferentes. Os que temos são iguais aos da cidade e não falam de nossos povos indígenas. Este problema pode ser superado através da produção de livros nossos.

(BRASIL. Referenciais para a formação de professores indígenas. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 59)

De acordo com o texto, os livros didáticos próprios são importantes porque

- (A) ensinam a norma padrão da língua portuguesa.
- (B) resultam do trabalho de autores não indígenas.
- (C) registram conhecimentos de matriz universal.
- (D) se assemelham aos livros didáticos não indígenas.
- (E) se relacionam à autonomia da escola indígena.

35. Leia o texto a seguir.

Assim, observamos a dimensão política da língua, haja vista a língua eleita ser um definidor de organização, não só para a comunicação, mas também para a vida de um povo, que, com ela, atualiza o passado, articula o futuro, pela memória esclarecida e fixada no presente. Portanto, o tempo está ligado a situações específicas, em que a preocupação se concentra não só no que é imediato da sobrevivência, mas no que pode ser lançado para frente com esperança de dias melhores, idealizada coletivamente, quando um povo se torna protagonista de sua própria história pela sua língua.

(RUBIM, Altaci Corrêa. **O reordenamento político e cultural do povo Kokama**: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru. Tese de doutorado. Orientadora Enilde Leite de Jesus Faulstich. Brasília, 2016, 324 p)

A autora argumenta sobre a importância da língua indígena para

- (A) a comunicação.
- (B) a subsistência.
- (C) a cura.
- (D) os rituais.
- (E) a religiosidade.

36. Leia o texto a seguir.

É sabido que em grande parte da região nordeste, os povos indígenas estão em retomadas de suas línguas. “Há pouco tempo atrás, nós educadores e lideranças Pataxó preocupados em manter o nosso jeito de ser Pataxó e afirmar nossos costumes, nos convencemos de nosso papel de organizadores de nossa sociedade e passamos, de forma independente, a fazer estudos mais detalhados de nossa língua. Depois de muito estudo, apesar de não sermos conhecedores de linguística, porém levados por grande desejo de descoberta e aprender tudo sobre a nossa língua, passamos a chamar nossa linguagem de patxôhã, para marcar nosso trabalho. Que quer dizer: pat são as iniciais da palavra pataxó; atxohã é língua; xohã é guerreiro. Ou seja, linguagem de guerreiro.

(BOMFIM, Anari Braz. Patxohã. **“Língua de guerreiro”**: um estudo sobre o processo de retomada da língua pataxó. Salvador, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Mestrado Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2012)

Com base no trecho, a língua Patxôhã é uma língua retomada

- (A) pelo próprio povo Pataxó.
- (B) apenas por professores Pataxó.
- (C) por organização não governamental.
- (D) apenas por anciãos.
- (E) pelos linguistas.

37. Leia o texto a seguir.

Nessas últimas décadas, tem surgido grande interesse por parte desses povos de tentar retomar as suas línguas através de pesquisa em documentos e através dos mais velhos, e se descobre que não estão assim tão “perdidas” como muitos imaginam, e tentam reaprendê-las novamente, como é o caso do povo Xakriabá (MG), povo Tupinambá (BA), Kiriri (BA), Pataxó hã hã hã e Pataxó (BA e MG), através de suas iniciativas em pesquisar suas próprias línguas.

(BOMFIM, Anari Braz. Patxohã, **“Língua de guerreiro”**: um estudo sobre o processo de retomada da língua pataxó. Salvador, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Mestrado Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2012)

Com base no trecho, na retomada de línguas, por meio dos mais velhos, descobriu-se que eles

- (A) não conheciam suas línguas.
- (B) não queriam falar suas línguas.
- (C) guardaram na memória saberes de suas línguas.
- (D) escondiam suas línguas.
- (E) não lembravam de nenhuma parte de suas línguas.



38. Leia o texto a seguir.

A partir de 1996, o Povo Xakriabá realizou o que chamamos de “amansamento da escola”. A comunidade deixou de se adequar à escola e um movimento inverso foi iniciado: a escola passou a interagir com as experiências vivenciadas pela comunidade, pois não foi a escola que chegou primeiro na comunidade, a comunidade já existia antes da escola. A escola passou a respeitar a cultura local, estabelecendo interlocução com os modos de viver e fazer do Povo Xakriabá.

(Adaptado de: CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018)

Conforme o texto, o ‘amansamento da escola’ ocorreu quando esta

- (A) incorporou as vivências dentro da comunidade e passou a respeitar a cultura local.
- (B) ensinou os conteúdos de fora, utilizando exemplos de dentro e de fora do território.
- (C) separou as práticas da escola das práticas do território e dos rituais, para valorizar a escola.
- (D) priorizou as práticas dos currículos nacionais trazidas nos livros didáticos.
- (E) modificou os modos de viver e fazer do seu povo, reforçando seu espaço institucional.

39. Leia o artigo da Resolução CNE/CEB nº 05 de 2012.

Art. 7º: A organização das escolas indígenas e das atividades consideradas letivas podem assumir variadas formas, como séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

A resolução autoriza as escolas indígenas a

- (A) adotar a organização em grupos não seriados, desde que respeite a idade e a competência dos estudantes.
- (B) criar sua própria organização escolar, desde que mantenha a equivalência com a organização do sistema de ensino público ao qual é vinculado.
- (C) assumir formas de organização próprias, desde que resguarde as séries, os semestres, ciclos ou a alternância de tempos escolares.
- (D) romper com os modelos de organização de tempos, espaços e grupos adotados nas escolas não indígenas, assumindo uma organização própria.
- (E) criar suas próprias formas de organização de tempos e espaços, desde que atendam as metas de desempenho da educação nacional.

40. Leia o texto a seguir.

A criação da Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença (EEITO) foi uma resposta aos que não reconheciam os indígenas locais e sua etnicidade, segundo os próprios indígenas na publicação Memória Viva dos Tupinambá de Olivença (PCTO, 2007). Ou seja, [...] de modo geral, no Brasil, a conquista pela educação escolar está vinculada à conquista pelo reconhecimento étnico/territorial. A presença de uma escola naquela comunidade indígena foi também uma forma dos Tupinambá se afirmarem enquanto grupo étnico.

(Adaptado de: TUPINAMBÁ, Katu. **Mbo'esaba karaibae'yma ägwã = Lutando por uma educação escolar indígena decolonial: construção da Escola Estadual Indígena Tupinambá do Abaeté (Olivença, Ilhéus-BA)**, Itabuna: UFSB, 2019)

Com base no trecho, a

- (A) presença da escola na comunidade fortalece formas de trazer os conhecimentos não indígenas para a formação dos indígenas.
- (B) escola dentro da comunidade é uma instituição que garante a atuação do Estado e o financiamento de políticas de proteção territorial.
- (C) presença da escola na comunidade possibilita ensinar a língua e a progressão na educação para outros níveis de formação.
- (D) presença da escola na comunidade estava prevista na publicação *Memória Viva dos Tupinambá de Olivença* (PCTO, 2007).
- (E) conquista da escola é uma forma de reconhecimento étnico/territorial, porque ela assume o papel de preservar aspectos culturais do povo.



PROVA DISCURSIVA

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo 10: 10.1.7 Para todos os Cargos/Disciplinas e Núcleo Territorial de Educação – NTE de Professor P – Grau III, a Prova Discursiva – constará de 03 (três) questões e versará sobre conteúdo programático constante no Anexo II deste Edital, adequado às atribuições do cargo, e na sua avaliação serão considerados: a compreensão e o conhecimento dos temas, o desenvolvimento e a adequação da argumentação, a conexão e a pertinência, a objetividade, a sequência lógica e a correção gramatical da linguagem. 10.1.8 Da Prova Discursiva, uma questão versará sobre conteúdo de Conhecimentos Gerais (valor de 30,00 pontos), uma questão versará sobre conteúdo de Conhecimentos Interdisciplinares (valor de 30,00 pontos) e uma questão versará sobre conteúdo de Conhecimentos Específicos (valor de 40,00 pontos). 10.1.8.1 Para os cargos de Professor Padrão P – Grau III, em consonância, com o Decreto estadual nº 15.669, de 19 de novembro de 2014, uma das questões dissertativas versará sobre temas étnico-raciais, com base no Programa constante do Anexo II deste Edital. 10.1.9 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.1.10 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, alterado pelo Decreto federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.1.11 Será atribuída nota zero à questão da Prova Discursiva que: a) apresentar abordagem incorreta do conteúdo solicitado, fugir ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível. 10.1.12 O espaço para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva pela Banca Examinadora. 10.1.13 A Prova Discursiva terá caráter habilitatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100,00 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60,00 (sessenta) pontos e que não tiver obtido nota 0 (zero) em nenhuma das questões.

Questão 1 – Conhecimentos Gerais (Valor: 50,00 pontos)

Leia o texto:

A BNCC não pode ser imposta e aplicada automaticamente às escolas indígenas. Permanece, portanto, o direito dos povos indígenas de, usando sua autonomia, adotar ou não a norma e, se adotar, parcial ou integralmente, respeitando-se, por um lado, o princípio da cidadania plena dos índios (como todo brasileiro), mas, por outro, a cidadania diferenciada desses sujeitos coletivos de direito, como povos cultural, étnico, linguístico e epistemicamente diferenciados. O parágrafo 2º do artigo 6º da Resolução nº 02/2017 define: As escolas indígenas e quilombolas terão no seu núcleo comum curricular suas línguas, saberes e pedagogias, além das áreas de conhecimento, das competências e habilidades correspondentes, de exigência nacional da Base Nacional Comum Curricular.

(BANIWA, Gersem. Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates interculturais. In: Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019 .p. 182)

A partir da leitura, **REDIJA** um texto mostrando como o coordenador pedagógico pode orientar o trabalho dos professores para que a BNCC não seja imposta nas escolas indígenas.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**Questão 2 – Conhecimentos Específicos (Valor: 50,00 pontos)**

Leia o texto:

A garantia do direito à Educação Indígena Diferenciada, previsto na Constituição de 1988, é uma luta permanente dos diferentes povos que, cada um a seu modo, buscam a **soberania pedagógica** como um projeto político, isto é, uma escola para: (a) Fortalecer os sabedores (mestres e mestras) e suas artes e técnicas, difundindo-as entre as novas gerações; (b) promover intercâmbios de conhecimentos entre povos, para possibilitar a melhoria das condições de vida no território; (c) encantar as crianças e jovens em relação ao seu território e seu povo.

(Adaptado de: FERREIRA, Joelson, 2021, p. 84-87, FERREIRA, Joelson; Erahsto Felício. **Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil**. Arataca (BA): Teias dos Povos, 2021)

Espera-se que um coordenador pedagógico indígena possua conhecimento dos processos de produção e dos processos econômicos próprios da comunidade e dos métodos de ensino-aprendizagem para que possam desenvolver a interlocução cultural e a prática da cidadania. Com base no trecho acima e articulando com as ideias do Mestre Joelson, **REDIJA** um texto sobre papel do coordenador pedagógico indígena na busca pela **soberania pedagógica** de sua escola. Traga pelo menos três exemplos da realidade do seu povo para sustentar a sua argumentação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO